

Dimensões da prática social de cozinhar na participação política de mulheres em movimentos sociais da Argentina contemporânea¹

Adriana Marcela Bogado

Resumo: Com o objetivo de ampliar entendimentos sobre a participação política feminina, neste ensaio apresentamos algumas dimensões que assume o cozinhar no cotidiano de mulheres integrantes de movimentos sociais da Argentina contemporânea.

Palavras-Chave: Cozinhar. Gênero. Política. Empoderamento.

Abstract: Aiming to broaden the understanding about women's political participation, in this essay we present some dimensions that cooking assumes in the daily life of women who are members of contemporary social movements in Argentina.

Keywords: Cooking. Gender. Politics. Empowerment.

Adriana Marcela Bogado, Universidade Federal de São Carlos. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFSCar) desenvolve pesquisa sobre a participação política de mulheres em movimentos sociais da Argentina contemporânea, sob orientação da Profa. Doutora Maria Aparecida de Moraes Silva e com financiamento da FAPESP. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO/UFSCar). Membro do Grupo de Pesquisa "Terra, Trabalho, Memória e Migrações", do Diretório do CNPq, nas linhas gênero e memória. Licenciada em Ensino de Língua e Comunicação, pela Universidade CAECE (Buenos Aires, Argentina). Profa. Em Língua, Literatura e Latim, pelo Instituto Superior de Formação docente n. 39 (Buenos Aires, Argentina). adrimarbogado@yahoo.com.br

¹ Texto recebido: 27/07/2008.

Texto aprovado: 10/08/2008.

Introdução

Neste ensaio, identificamos diferentes dimensões assumidas pela prática social de cozinhar no cotidiano de movimentos sociais da Argentina contemporânea, apontando articulações entre o cozinhar, a política e o gênero, e salientando a necessidade de referenciais teórico-metodológicos que permitam revelar a complexidade e multiplicidade de sentidos dessa prática social.

Inicialmente, é necessário esclarecer que entendemos o cozinhar como “prática social”, com o sentido dado por SILVA et al.²: relações estabelecidas entre pessoas, pessoas e comunidade que, num processo intersubjetivo se apropriam de valores e comportamentos vinculados a uma cultura, num determinado contexto histórico, encaminhando-se para a criação de si mesmos. Também entendemos que:

No ato alimentar humano são ingeridos nutrientes, mas também valores. O quê, como, quando, onde e com quem se come refletem escolhas realizadas por um grupo social. Visões de mundo se expressam nos atos de selecionar e combinar ingredientes e modos de preparo da comida, de eleger maneiras de ingeri-la e de descartá-la. Assim é que podemos dizer que a cultura se materializa no prato e, ainda, que a comida fala, expressando identidades e relações sociais, inclusas as de gênero.³

Mas, antes de prosseguir, cabe esclarecer que nossa proposta de estudo pretende contribuir para a superação de visões distorcidas e estereotipadas acerca do tema foco de nossa pesquisa: a participação política de mulheres em movimentos sociais da Argentina, surgidos nas últimas décadas como formas de resistência às conseqüências do modelo neoliberal implementado no país. Uma das principais dificuldades apresentadas a tal estudo refere-se ao fato de que a

² SILVA, Petronilha et al. *Práticas sociais e processos educativos: costurando retalhos para a colcha*. São Carlos/SP: 2007, texto mimeo, p. 4-6.

³ ABDALA, Mônica; MENASCHE, Renata; ASSUNÇÃO, Viviane K. de. Proposta para o Simpósio Temático Comida e Gênero. In: *FAZENDO GÊNERO, VIII*, 2008, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.fazendogenero8.ufsc.br/st06.html>> Acesso em: 20 ago. 2008.

política é uma atividade historicamente negada às mulheres, segundo o sistema patriarcal de sexo-gênero vigente na nossa sociedade⁴. Embora com avanços, tais como a recente e crescente presença de mulheres ocupando cargos de governo em alguns países da América Latina, o campo da política continua sendo um dos mais resistentes ao ingresso feminino⁵.

Porém, quando se analisa a participação política nos movimentos sociais, um fato que poderia ser interpretado como contraditório é amplamente observado: a presença majoritária de mulheres e a diversidade de suas formas de intervenção e participação. Assim, no contexto atual, os movimentos sociais se apresentam como espaços privilegiados para o estudo da participação política feminina. Nesse sentido, a própria dinâmica dessas organizações permite o ingresso dos sujeitos mais afastados da ação política, pois visa à expressão de interesses e consecução de metas, com normas, regras e relações “ainda não cristalizadas em estruturas sociais”⁶, e a partir de uma institucionalidade que pode ser contestada e renegociada. Porém, nos estudos sobre esses movimentos, nas representações da mídia e, às vezes, nas apreciações das/os próprias/os participantes, a presença das mulheres é, geralmente, invisibilizada e/ou o caráter político de sua atuação neutralizado. Um dos mecanismos mais frequentemente utilizados para neutralizar o caráter político da atuação das mulheres no espaço público é focalizar em algumas de suas ações e práticas e interpretá-las como extensão amplificada de seus afazeres domésticos.

Assim, nos propomos explorar a prática social de cozinhar para ampliar entendimentos sobre a participação política das mulheres, considerando a relevância dessa prática nos movimentos pesquisados, o fato de ter sido tematizada nas entrevistas e por ser, muitas vezes, utilizada para “neutralizar” a ação política feminina. Cabe assinalar que, enquanto prática social,

⁴ SAFFIOTTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

⁵ ARAÚJO, Clara. *Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes*, in: *BIB*, São Paulo, n. 52, 2001, p. 45-77.

⁶ MELUCCI, Albert. *Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento*, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 40, 1994, p.152-166, p.155.

o ato de cozinhar envolve interações que suscitam ações visando determinados objetivos, sejam estes orientados à manutenção da realidade (como transmitir conhecimentos, tradições), sejam à transformação (como expandir a participação política de pessoas, grupos, comunidades), num processo de construção permanente.

Para nossa discussão retomaremos dados coletados em uma pesquisa de mestrado concluída e no trabalho de campo de pesquisa de doutorado em andamento⁷. Cabe apontar que ambas pesquisas estudam movimentos sociais e a de doutorado focaliza na participação política de mulheres nesses espaços. Nas duas pesquisas, a prática social de cozinhar foi abordada nas entrevistas realizadas, no marco da metodologia da História Oral, nas observações e registros no Diário de Campo, e na documentação imagética. Contamos com depoimentos orais de: Laura Padilla, liderança dos primeiros *piquetes* (Cutralco, Neuquén); Norma Durante, liderança do *Movimiento de Mujeres en Lucha* (MML, General Roca, Río Negro); participantes de *Assembléias de Bairro* (*Asamblea de San Telmo-Plaza Dorrego* e *Asamblea de Palermo Viejo*, em Buenos Aires); participantes da *Corriente Clasista y Combativa* (CCC, província de Buenos Aires); registros escritos e fotografias.

A seguir, descrevemos brevemente os movimentos pesquisados e, em seguida, apresentamos seis dimensões que, segundo nossas observações e análises, a prática social de cozinhar assume nos movimentos sociais com os quais convivemos: *Cozinhar para protestar*; *Cozinhar é protestar*; *Cozinhar para recuperar o espaço público*; *Cozinhar para amparar a militância*; *Mudar o cozinhar para militar*, e *Cozinhar para se empoderar*. É preciso dizer que estas dimensões são apresentadas no intuito de aproximação ao nosso objeto de estudo, que é a participação política de mulheres, na procura de um olhar que considere a categoria gênero, mas sem engessar os sentidos dessa atuação política.

⁷ A pesquisa de mestrado desenvolveu-se no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (PGCSO/UFSCar), foi financiada pela CAPES e orientada pela Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva. A pesquisa de doutorado é realizada junto ao PPGS (UFSCar), financiada pela FAPESP e orientada pela Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva.

Apresentando os movimentos pesquisados

Em BOGADO⁸, estudamos as Assembléias de Bairros, surgidas na Argentina após os *panelaços*⁹ dos dias 19 e 20 de dezembro de 2001. As Assembléias foram caracterizadas por promover mecanismos de democracia direta, organização territorial, autonomia em relação aos partidos políticos e por estarem compostas, geralmente, por setores médios empobrecidos. Em diferentes bairros de Buenos Aires e em outras cidades do país, os/as participantes debatiam e geravam ações orientadas a criar alternativas ante a crise e desenvolviam um espaço com novas formas de se relacionar com a política, aprofundando o processo de democratização.

Na pesquisa de doutorado, que desenvolvemos atualmente, estudamos dois movimentos sociais da Argentina, surgidos na década de noventa: *Movimiento de Mujeres en Lucha* (MML), e *Corriente Clasista y Combativa* (CCC). O MML surgiu na província de La Pampa, em junho de 1995, para impedir que propriedades de pequenos e médios produtores/as rurais fossem leiloadas pela impossibilidade de pagar empréstimos hipotecários assumidos frente à pressão da modernização produtiva. Tal movimento social é formado por produtoras, esposas de produtores, familiares e outras mulheres que se solidarizaram com a causa. O movimento tem como principal instrumento de luta a interdição dos leilões, que é realizada por meio de intervenções das participantes para obstaculizar o desenvolvimento do ato, como rezar em voz alta ou cantar o Hino Nacional Argentino. Atualmente, o movimento atua em vários estados do país.

A *Corriente Clasista y Combativa* (CCC) é uma organização político-sindical surgida em 1994, ligada ao Partido Comunista Revolucionário (PCR). Reconhece-se herdeira das agrupações classistas que desde a década de sessenta trabalharam com grêmios

⁸ BOGADO, A. M.. *Assembléias de Bairro na Argentina: criando espaços de ação política para reconstruir o tecido social*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

⁹ Mobilizações espontâneas de milhares de cidadãos e cidadãs por iniciativa própria em repúdio à declaração do estado de sítio decretado pelo governo.

industriais e rurais, estatais e de serviços. Entre 1996 e 1997, a organização expandiu-se por todo o país. Atualmente, a CCC é uma das correntes mais numerosas do movimento piqueteiro conta com três afluentes: trabalhadores/as ocupados, trabalhadores/as desocupados e aposentados/as.

Cozinhar para protestar

A primeira dimensão salienta a prática social de cozinhar para suprir a necessidade de sobrevivência e, portanto, como condição para que protestos possam acontecer. Assim, quando analisamos um dos primeiros levantamentos (*puebladas*) que deram origem ao movimento piqueteiro, os vínculos entre comida e política se tornam evidentes. Em 20 de junho de 1996, no norte da Patagônia, duas cidades petroleiras em crise protagonizaram um dos protestos mais importantes na história do país. Habitantes de Cutralcó e Plaza Huincol bloquearam por seis dias, as rodovias nacional e provincial, sendo que muitas pessoas foram aos *piquetes*¹⁰ para expressar suas reivindicações contra um modelo e uma política que os excluía. Laura Padilla, que se converteu em liderança nesses dias de bloqueio, e que ficou conhecida como “a mãe dos piqueteiros”, diz que foi “comer um churrasco”.

Uma vez no piquete, encontrou pessoas conhecidas que, por ser professora, lhe pediram que conversasse com um grupo de adolescentes alcoolizados. Laura conversou com eles e conseguiu convencê-los de que, se parassem de beber, levar-lhes-ia alguma coisa para comer. Em seguida, com um grupo de mulheres, começou a organizar a refeição, distribuiu a lenha e os alimentos para que os jovens e o restante das pessoas pudessem comer. Com sua atuação, Laura tornou-se visível e ganhou a confiança e o respeito do grupo de manifestantes, convertendo-se em uma das lideranças do protesto¹¹.

¹⁰ Forma de protesto que consiste em um bloqueio de uma pista ou caminho. Os/as manifestantes constroem uma espécie de barricada com pneus, pedras e/ ou paus, impedindo o trânsito.

¹¹ ANDÚJAR, Andrea. De la ruta no nos vamos: las mujeres piqueteras (1996-2001). In: *Jornadas Interescuelas*, X, 2005, Rosario. Disponível em: <http://www.monografias.com/trabajos31/mujeres-piqueteras-no-abandonan-rutas/mujeres-piqueteras-no-abandonan-rutas.pdf>, consultado em: 01 abr. 2008.

A comida utilizada, inicialmente, como “motivação” no marco do clientelismo dos políticos locais, teve uma função central no momento em que os/as próprias/os manifestantes assumem as rédeas do protesto. Permanecer nos piquetes por dias, sem recursos e submetidos à inclemência do clima, teria sido impossível sem comida. Nesse sentido, Laura Padilla afirma que o sucesso dos piquetes de Cutralcó e Plaza Huincul deve-se, em grande parte, ao apoio das pessoas que forneceram comida para os/as manifestantes que estavam na rodovia:

(...) Y esas veinte mil personas que subieron ese día, pero ponéle, ponéle que diez mil estaban fijas, ponéle, ¿no? Pero **a esas diez mil alguien les dio de comer. ¿Quién les dio de comer? El abuelito que preparó un guiso en su casa y que cuando pasó un jeep lo llevó a la ruta. Entonces ese abuelito, que no fue a la ruta, es fundamental, porque si durante seis días en pleno invierno no tenemos comida, ¿cómo hacemos para estar ahí?** Entonces acá nadie puede decir que fue más importante que el otro. (...) Grifo nosso

As palavras de Laura apontam para um aspecto tão “básico”, a comida (sua preparação, fornecimento e consumo), que, por um lado, fica esquecido nas análises a respeito desse protesto. Tal aspecto, por outro lado, quando considerado serve para despolitizar a atuação das mulheres, relacionando a prática ao espaço doméstico. Assim, Javier Auyero, a partir da leitura do diário de Laura, refere-se à sua atuação nos seguintes termos: “A Laura se la percibe bastante como una especie de comodín para todo servicio, la típica y subestimada ama de casa”¹². Por sua parte Andrea Andújar, analisando a participação da liderança mencionada e de outras mulheres nos piquetes, reconhece a multiplicidade de suas atividades que “misturam ações vinculadas com a extensão amplificada a escala coletiva de seus ‘naturais’ papéis

¹² AUYERO, Javier. *Vidas beligerantes*. Dos mujeres argentinas, dos protestas y la búsqueda de reconocimiento. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002. p. 111-112.

¹³ ANDÚJAR. *Op. cit.*, p. 8.

¹⁴ TRONTO, Joan. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 186.

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

de cuidadoras no espaço doméstico, com outras de sua prática política/pública, manifestando uma leitura totalizadora e contra-hegemônica da realidade”¹³.

No estudo da participação política das mulheres, são freqüentes as análises que naturalizam seu papel ao âmbito privado ou que, mesmo questionando essa naturalização, interpretam a atuação delas a partir de um roteiro tradicional de gênero¹⁴. Assim, tais análises reducionistas entendem que o cozinhar no piquete seja extensão das atividades domésticas ou simples reprodução de um *habitus*¹⁵. Porém, essa interpretação desconsidera o contexto da ação, o discurso que a fundamenta, e as implicações que essa atuação tem para o protesto. Salienta o caráter reprodutivo da prática, em detrimento de seu caráter político.

Cozinhar é protestar

Esta segunda dimensão revela que a prática social de cozinhar, em si, pode ser o centro da ação política. Neste sentido, o cozinhar esteve muito presente no cotidiano das *Assembléias de Bairro*, que realizaram *ollas populares* (panelas) ou organizaram refeitórios. Esta forma de protesto, surgida nos últimos anos da ditadura militar argentina (início de 1982), consistia na preparação de uma refeição coletiva. Organizadas por grupos de moradores/as, em bairros populares da zona Sul da Província de Buenos Aires, a *ollas* serviam para denunciar a situação e os impactos do desemprego e da baixa dos salários¹⁶. Em pouco tempo, converteu-se em uma ação em si mesma ou foi realizada para acompanhar diferentes reivindicações gerando, como apontam os autores citados, um forte sentimento de solidariedade entre as pessoas participantes. A fins da década de 1990, moradores e moradoras de bairros em diferentes pontos do país e, especialmente, no chamado *conurbano bonaerense* organizaram refeitórios como forma de remediar das conseqüências mais vergonhosas do neoliberalismo no país: a fome.

¹⁶ LOBATO, Mirta; SURIANO, Juan. *La protesta social en la Argentina*. Buenos Aires: FCE, 2003, p. 129.

Uma das Assembléias pesquisadas, a *Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego*, começou a fazer *ollas* em ruas e praças em 2002 e, em pouco menos de dois anos, construíram um refeitório. A atividade foi desenvolvida inicialmente por um grupo de mulheres e, no momento da pesquisa, era realizada conjuntamente por homens e mulheres.



Participantes da *Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego* preparando a *olla*, no refeitório.
Fotografia realizada pela pesquisadora, Buenos Aires, 2004.

Às vezes, por causa da chuva, tinham que cozinhar os alimentos separadamente, cada uma das participantes na sua casa, juntando mais tarde tudo em uma única panela. Assim, a partir de uma prática considerada feminina, a ação das mulheres irrompia na lógica de segregação sexual do espaço, que tem o intuito de remarcar as fronteiras do público e do privado, como domínios de atuação separados segundo o gênero. Fazer *ollas* implicava diariamente franquear as fronteiras que separam o público do

privado, demonstrando a flexibilidade das mesmas. Nesse sentido, Michelle Perrot identifica esse processo de definição estrita do público e do privado na construção das democracias ocidentais.

Uma das suas chaves talvez seja a definição do espaço público como espaço político reservado aos homens. A burguesia daquela época exclui da política os operários e as mulheres. E os operários, quando reivindicam o acesso à esfera pública, reproduzem o modelo burguês, excluindo as mulheres¹⁷.

¹⁷ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 218.

A autora salienta que as fronteiras entre público e privado nem sempre existiram, são variáveis, mudam com o tempo e estão atravessadas pelo micro-espaço doméstico. Por sua parte, Heleieth Saffioti afirma que mesmo existindo o predomínio de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, o público e o privado são “espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social”¹⁸.

¹⁸ SAFFIOTI. *Op. cit.*, p. 54.

Cabe destacar que, durante uma das entrevistas, uma *assembleísta* explicava que a *olla popular* não podia ser resumida ao fornecimento de comida. Para ela, era importante que as pessoas soubessem como surgiu a “Assembléia”, o trabalho que desenvolvia e porque a *olla* era realizada. Esclarece:

(...) **es hacer política todo el tiempo, porque cuando nosotros estamos en la olla, se lo decimos claramente que lo que estamos haciendo es política.** Nosotros no somos caritativos, no somos nada buenos, **nosotros lo que queremos es organizar el campo popular que está desorganizado.** O por lo menos ayudar a que empecemos a organizar algo que estaba hecho pedazos. (...) ¹⁹. Grifo nosso

¹⁹ BOGADO, A. M.. *Op. cit.*, p. 174.

Mediante a realização das *ollas*, os/as *assembleístas* ativavam as redes de solidariedade no bairro, constituindo espaços de solidariedade e sociabilidade

entre setores médios e baixos. No depoimento citado, percebe-se claramente que a entrevistada considerava essa atividade como uma ação política, no sentido dado por Hannah Arendt, isto é, atividade exercida diretamente entre as pessoas, correspondente à condição humana da pluralidade. Segundo a pensadora, “Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine que non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política”²⁰. Em virtude da pluralidade humana, ação e discurso são indispensáveis para que haja entendimento mútuo. Na ação e no discurso “os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano”²¹. Porém, separar a ação do discurso implica destituir a primeira de seu caráter de revelação e, portanto, de seu sujeito.

²⁰ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p.15.

²¹ *Ibidem*, p. 192.

Sem discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada através de palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante **através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer.**²² Grifo nosso

²² *Ibidem*, p. 191.

A ação de nossa entrevistada esteve acompanhada de discurso; aconteceu no espaço público, num “estar entre os homens”, e possuía esse caráter de revelação, apontado por Hannah Arendt, pois na ação e no discurso ela revelou-se aos outros. Também, o próprio discurso veiculado em publicações da Assembléia expressava o caráter político de fazer *ollas*, considerado uma forma de confrontar o Estado com uma necessidade insatisfeita, ao mesmo tempo em que se constituía um meio de organização popular. A atividade era considerada, sobretudo, como um espaço de

participação aberto tanto para os/as *assembleístas* como para as pessoas do bairro, que contribuíam com mercadorias ou cozinham e para aquelas que iam para comer.

Cozinhar para recuperar o espaço público

Esta dimensão revela que o cozinhar se politiza no espaço público, não apenas porque esse espaço seja considerado o lugar prioritário para a ação política, pois como aponta²³ nem todo o público é político, senão também, pelo discurso que acompanha essa prática, ao tempo em que esta envolve uma ocupação e recuperação do espaço público como lugar de todos e todas.

Há espaços públicos legitimados historicamente pela ação do movimento popular, inclusive em plena ditadura militar, como é o caso da Praça de Maio apropriada como espaço de reivindicação pela ação das “Madres de Plaza de Mayo”. Lugares tão significativos são freqüentemente escolhidos por diferentes grupos para veicular suas demandas. Precisamente, durante a pesquisa de campo acompanhamos a marcha e acampamento da *Corriente Clasista y Combativa* (CCC), na Praça de Maio. O discurso veiculado em panfletos distribuídos com antecedência entre os/as participantes, manifestava: “Acampamos contra el hambre (...) Millones estamos viviendo una situación muy difícil. ¿Cómo es posible que en el país de los alimentos esté prohibido para nuestras familias llevar una ensalada a nuestra mesa?”²⁴.

Os preparativos para o acampamento envolveram o cozinhar antes e durante o protesto. Como atividades prévias, três mulheres ficaram no dia anterior ao acampamento preparando *tortafritas*. No segundo dia do acampamento, foi realizada uma *olla popular* na Praça de Maio.

Nesses protestos, cozinhar é uma atividade central, em virtude da elevada presença de mulheres com

²³ PERROT, 1992, p.179-180.

²⁴ CCC. *Acampamos contra el hambre*. No al aumento de los precios. Buenos Aires, Setembro de 2007, 4p.

crianças e pela duração das ações de reivindicação que, às vezes, se estendem por muitas horas e até dias inteiros. Porém, tal prática não pode ser reduzida ao cozinhar no lar, mesmo que haja membros da família no protesto, pois nesse contexto forma parte de um processo de construção de identidade coletiva, no caso, o ser piquetero/a. Refletindo a respeito das reivindicações levantadas pelos/as manifestantes, cozinhar no espaço dá legitimidade à ação coletiva e recupera esse espaço como território político.



Mulheres da CCC fazendo uma *olla popular*, no segundo dia do acampamento, Praça de Maio, Buenos Aires. Fotografia realizada pela pesquisadora, setembro de 2008.

Retomando a análise de um participante da *Asamblea de Palermo Viejo*, o movimento para o espaço público era reconhecido como forma de superação do medo instaurado na ditadura militar: “A rua convertida em terreno perigoso durante a ditadura militar por temor à repressão, e na democracia pela violência, é procurada como objeto de re-apropriação, que quebre o individualismo e o encerramento portas adentro de décadas”²⁵.

²⁵ BRIEGER, Pedro. Les assemblées des voisins, une expérience inédite dans la politique. In: AAVV. *Argentine, enjeux et racines d'une société en crise*. Paris: Tiempo. Editions du Félin, 2003.

Para outro *assembleísta*, o esvaziamento do espaço público era consequência da reforma neoliberal, mais patente durante o governo de Menem, envolvendo uma mudança na organização do bairro, no sentido de um “abandono das obrigações estatais com o espaço público”²⁶. Assim, a ação das *Assembleías* era destacada por re-fundar esse espaço, produzindo valor e laço social. Nesse intuito de recuperar espaço público, os/as *assembleístas* empreenderam as mais diversas formas de intervenção urbana, como passeatas, jornadas em repúdio ao terrorismo de Estado, eventos culturais, as já mencionadas, *ollas populares* etc.²⁷.

²⁶ PEZZOLA, Andrés. ¿Qué papel juega el barrio en la efectividad política de nuestra asamblea? *Acontecimiento*, n. especial 24-25, p.79-87, 2003.

²⁷ BOGADO, A. M. *Op. cit.*

Cozinhar para amparar a militância

Uma dimensão interessante do cozinhar se revela em situações adversas à militância, em que o discurso que acompanha a prática pode assumir intencionalmente o roteiro tradicional de gênero como forma de despolitizar a ação, amparando a agente no estereótipo da função feminina.

Nesse sentido, uma de nossas entrevistadas, Armonía, participante da *Asamblea de Palermo Viejo*, lembrava seus primeiros passos como militante anarquista, na Argentina da década de 30. Ela e outras mulheres visitavam a cadeia todas as semanas, levando comida e notícias aos companheiros de militância presos, políticos da época. Era uma forma de manter o contato, dar apoio e passar informações aos companheiros sem se colocar em risco.

No contexto da ditadura militar no Brasil, Olívia Joffily revela diferentes formas de participação das mulheres, mas que por estar “amparadas” no espaço doméstico permaneceram como resistência invisível à ditadura, entre elas: o cozinhar²⁸.

No caso de Norma, liderança do *Movimiento de Mujeres en Lucha*, sendo policial, não lhe era permitido participar de organizações que fossem contra a ordem estabelecida. Assim, a comida, seu preparo e/ou

²⁸ JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrada: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. 2005.167 p. (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

fornecimento era o pretexto que dava para justificar sua presença nos protestos. Ela conta que nos piquetes, costumava haver um posto policial de vigilância e controle. Desta maneira, cada vez que ela ia ao piquete era indagada sobre sua presença ali, pelos próprios colegas de trabalho. Em tais situações, respondia-lhes que ia levar comida para o filho.

Norma: Uy, era comiquísimo, yo te cuento. Yo salía de la Comisaría a las dos de la tarde, viste. Acá en Stefanelli había un ómnibus interurbano (..) Obviamente que bajaba donde estaban los policías [*reproduz o diálogo*] **‘Hola, Sargento, ¿cómo le va?’**, **‘Bien’**, **‘Oh, ¿qué anda haciendo?’**, **‘Le traigo comida a mi nene’**, **¿Y dónde está su nene?’**, **‘Acá en el piquete’**. Y como yo no iba uniformada sino con una chaqueta, con la jerarquía acá [*assinala o peito e o ombro*] agarraba y me sacaba la chaqueta, la metía dentro del bolso y me escondía por allá al fondo (...) cuando venían los patrulleros o pasaban los jefes mirando qué pasaba, yo me escondía. Y los chacareros y mi amiga sabían y me avisaban. **Mientras tanto no venían, mientras tanto la policía no estaba, yo me paraba en el medio de la ruta a repartir con mis amigas a repartir volantes y manzanas** [*riê*] y después claro me volvía con mi hijo en el tractor. Viste **ya no me podían decir nada porque yo volvía con mi hijo**, [*reforça*] mi hijo era el que iba a cortar la ruta o a hacer todas esas cosas, yo no. **Yo lo iba a acompañar o a llevarle comida, cualquier cosa, era la disculpa** (...) Grífo nosso.

Assim, o cozinhar aparece como uma *forma de resistência cotidiana*²⁹, com uma transcrição pública que legitima a atuação a partir de um estereótipo de gênero, “protegendo” a agente que a executou. Porém, como toda forma de resistência, há também uma transcrição oculta que poderia ser obtida “fora do palco”³⁰, longe da observação de quem possui, nessa interação, uma parcela maior de poder. Nesses casos, a metodologia da História Oral revela sua potencialidade para o trabalho com a história recente, permitindo recuperar

²⁹ SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

³⁰ MENEZES, Marilda. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n.1, p. 32-44, jan./jun. 2002, p. 35.

³¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, p. 200-215.

³² SAFFIOTI. *Op. cit.*, p. 103.

³³ THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁴ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 146-147.

³⁵ *Ibidem*, p. 148.

³⁶ FEIJOÓ, Maria del C. La trampa del afecto: mujer y democracia en Argentina. In: LEÓN, Magdalena (comp.). *Mujeres y Participación Política*. Avances y desafíos en América Latina. Bogotá: TM Editores, 1994, p. 321.

essa transcrição oculta em outro momento, desde que as fronteiras entre o dizível e o indizível podem ser deslocadas³¹. Pensando na recuperação de uma história de mais longe, Heleieth Saffioti destaca a necessidade de *estudos sobre mulher(es)*, em virtude de que a atuação delas sempre foi pouco registrada. Considera que essa história precisa ser “descrita para que haja *empoderamento*, não de mulheres, mas da categoria social por elas constituída”³².

É interessante observar que nessa história também é possível identificar articulações entre a prática social de cozinhar, a política e o gênero. Michelle Perrot fornece alguns exemplos nesse sentido, como o papel político de donas-de-casa exigindo a intervenção do Estado na regulamentação de preços ou nos *motins da fome* na Inglaterra do século XVIII. Segundo afirma THOMPSON³³, esses protestos eram ações populares complexas, disciplinadas e com objetivos claros, legitimadas pelo consenso da comunidade. Michelle Perrot os descreve como “verdadeiras invasões das feiras, dos caminhos, das estradas, dos moinhos que visam àqueles que detêm os víveres”, reprimidos de forma mais ou menos violenta, quando aconteciam processos judiciais a imagem de mãe “protegia” as mulheres acusadas³⁴. A presença das mulheres no espaço público, regrediu com a regulação do mercado. No século XIX, as manifestações foram cada vez mais operárias e masculinas. Porém, as mulheres se inseriram com tenacidade nas greves mistas organizando “cozinhas coletivas, ponto forte da solidariedade operária”³⁵.

María Del Carmen Feijoó, pesquisadora argentina, assinala que “as lutas olvidadas pela historiografia oficial estão de alguma maneira presentes e operando na memória das mulheres, na determinação das ancoragens de sua identidade e no imaginário coletivo”³⁶. Assim, podemos compreender que essas lutas sejam retomadas com a presença e protagonismo das mulheres, enfrentando e lidando nos processos

de crise de diversa índole: econômica, bélica, social, política etc. No intuito de dimensionar e qualificar a participação das mulheres, um dos fatores que ampliaram a compreensão foi considerar que as possibilidades e suas opções tendem a ser limitadas por um conjunto de fatores e relações sociais e familiares e não somente é uma questão de escolhas racionais e/ou pessoais. Portanto, seria preciso considerar os processos sociais, políticos, institucionais, históricos etc., nos quais elas estão imersas e que condicionam seu engajamento.

Nesse sentido, a autora questiona a “posterior retração” dessa atuação, salientando que as características pendulares da participação feminina podem ser provocadas pelos regimes políticos³⁷, mas também ser “conseqüência do mesmo discurso das mulheres e da lógica e a legitimidade a partir da qual as mulheres constroem e argumentam sobre as modalidades de sua participação nos períodos de crise construindo uma lógica específica de gênero”³⁸. Isto se torna mais evidente quando mulheres que não respondem a esse papel tradicional de gênero se valem do estereótipo feminino para “amparar” sua militância. Contudo, o questionamento a esses papéis começa a ser colocado no interior dos próprios movimentos e explorar a prática de cozinhar permite identificar tensões existentes e caminhos empreendidos pelas mulheres para tornar possíveis a militância.

Mudar o cozinhar para militar

A quarta dimensão contribui para visualizar algumas mudanças na prática social de cozinhar no espaço privado decorrentes do desenvolvimento da militância política. Ao explorar o que acontece com o cozinhar no lar, a partir da experiência de engajamento de nossas entrevistadas, percebemos que não apenas no espaço público essa prática pode ser ressignificada, senão que também no espaço privado o cozinhar se

³⁷ Também, ARAÚJO (*Op. cit.*) destaca que a “exceção” é um fato que agrava ainda mais as possibilidades de visibilidade política para grupos ou setores que foram excluídos da política.

³⁸ *Ibidem*, p. 320.

redimensiona. Desenvolver uma militância soma mais uma jornada para as mulheres, trabalhem fora ou não, implicando na sobreposição de funções e tarefas. Inicialmente, elas se valem de diversas estratégias e rearranjos para conseguir militar, reorganizando as tarefas domésticas, administrando o tempo de novas formas, mas também renegociando funções com outros membros da família.

Esses rearranjos, quando diferenciados pelo gênero, podem reproduzir a divisão de tarefas tradicional. Nesse sentido, o estudo de Valdete Boni a respeito das relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó (SC), aponta que quando o homem milita a mulher assume com ajuda dos filhos as funções do parceiro, porém a recíproca não é verdadeira “principalmente se os filhos são pequenos, e não há nenhuma filha mulher que possa assumir o papel da mãe”³⁹.

Na nossa pesquisa, encontramos experiências em que os rearranjos, promovidos pelas mulheres a partir da necessidade de tempo para militar, geram pequenas transformações na dinâmica e nas relações de gênero no lar. Inicialmente, os maridos tentam impedir a militância da mulher apontando para o cumprimento de suas funções “tradicionais”: cuidado dos filhos, afazeres domésticos e, no âmbito rural, criações e horta⁴⁰. Nesse sentido, os relatos salientam as dificuldades de conciliar a militância com as atribuições do espaço privado⁴¹. Uma de nossas entrevistadas comentava que nos dias em que ia ao protesto tinha que ser uma “mulher dez” para que lhe reclamassem um pouco menos. Acontece que com sua saída, as mulheres desafiam a ordem patriarcal e os homens (maridos, parceiros, filhos) percebem a possível perda de privilégios.

Mary, participante da CCC, conta que cada vez que ia para um protesto tinha que ouvir as reclamações do marido, por deixar a casa e os filhos. Ela explica: “Bueno, mis chicos ya están grandes. No estoy diciendo

³⁹ BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (1):360, jan./abr. 2004, p.298.

⁴⁰ BONI. *Op cit.*, p. 296.

⁴¹ Ver também o trabalho de: ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta de babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, Ellen; MENACHE, Renata; HEREDIA, Beatriz (Org.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: MDA, IICA, 2006, p. 122-149.

tengo de tres, cuatro, cinco años que tengo que dejar, si come o no come, el peligro de acá. [*Assinalando para seu filbo caçula*] Este se hace se sabe hacer mate cocido, milanesa, de todo”.

Por sua parte, Ema Martín, ao relatar o início de sua trajetória no MML, comenta que, nessa época, seus filhos eram adolescentes e freqüentavam o colegial. Como moravam no campo, ela tinha que levá-los todos os dias para a escola; quando tinha atividades com o movimento o traslado dos filhos era uma tarefa renegociada com o marido. Porém, mesmo administrando o tempo, valendo-se da tecnologia e recorrendo a outros membros da família, o cozinhar envolvia resistências:

(...) Por ejemplo me pongo a cocinar a las once de la noche para dejarle la comida lista a mi marido, porque mi marido puede dejar (*de trabajar*) para ir a buscar a los chicos al colegio, pero tampoco puedo darle la tarea de que haga la comida para él y para los chicos. **Después, desde que tengo el freezer me solucionó un montón de cosas, aunque a él no le gusta la comida de freezer, pero bueno.** Yo por ejemplo suelo tener salsa, entonces un arroz yo lo dejo preparado, vos solamente tenés que prender la cocina, **les enseño a los chicos a hacer arroz. A eso se niegan, los varones, se niegan a (cocinar).** Y bueno, en eso te complica un montón, en la vida cotidiana (...) Grífo nosso

Gladys, delegada da CCC, ao relatar como lida com as exigências do lar e sua militância, explica:

(...) me organizo bastante bien, porque sí yo sé que, por ejemplo, mañana tengo marcha hoy ya lavo todo lo que tengo que lavar, cocino, dejo la comida preparada solo para que la cocinen (*esquentem*). Viste, ya dejo todo, yo me voy a la mañana y ya dejo todo lo que tienen que hacer listo. Y bueno después la nena se encarga de limpiar la casa, **mi marido viene y se atiende solo [pequeno riso]**. Pero sí, nos organizamos bien. Al principio no le gustaba mucho porque a veces tenía que

cocinar él a la noche, pero generalmente lo hace la nena. No, pero todo bien. **Ya nos acostumbramos, ya los acostumbré** (...) Grifo nosso.

Neste ponto é importante assinalar que o fato de que as filhas mulheres assumam algumas tarefas (como cozinhar, fazer a faxina e outras) não pode ser entendido apenas como reprodução de um *habitus* de gênero, sem considerar a solidariedade intergeracional das mulheres⁴². Nesse sentido, destacamos a experiência de Norma Durante, liderança do MML, relatada sob o olhar de sua filha Rocío. Ela observava que participar do movimento não eximia sua mãe das tarefas agrícolas que deviam ser realizadas no sítio e que costumavam aumentar quando não contavam com recursos econômicos para contratar mão-de-obra externa. Ademais, somavam-se às tarefas domésticas. Ao falar da participação da mãe considerava que era importante apoiá-la, acompanhá-la, estar com ela. Essa forma de apoio que possibilitava a militância podia ser, por exemplo, emprestar sua casa para as mulheres do movimento, quando não tinham um espaço para se reunir, e/ou assumir algumas tarefas domésticas para evitar sobrecarregar a mãe. Seu apoio e solidariedade se fundamentavam no fato de concordar com as principais reivindicações do movimento.

Os relatos apresentados mostram que as mulheres empreendem diferentes mudanças para poder militar e que as mesmas atingem as relações e dinâmicas de gênero no cotidiano familiar. No caso do cozinhar, as mudanças enquanto quem faz, para quem e/ou como, desafiam a divisão sexual do trabalho, por isso enfrentam resistências. Os filhos homens precisam aprender a cozinhar, de fato alguns já aprenderam, os maridos podem comer comida de freezer, embora não gostem e, também, se atenderem sozinhos.

Cabe destacar que estas aprendizagens são compartilhadas com outras mulheres nos diferentes espaços de sociabilidade, nas interações do dia-a-dia,

⁴² Não ensinar a cozinhar assim como poupar as filhas de outros afazeres domésticos são formas de solidariedade e resistência feminina, principalmente, utilizadas por mulheres provenientes de classes populares e sem formação acadêmica para que suas filhas possam investir nos estudos.

no bairro, na rua enquanto marcham, protestam e/ou cozinham. Finalmente, apontamos que as mudanças podem refletir processos de empoderamento quando as mulheres conseguem validar suas escolhas e tornar mais igualitárias as relações nos diferentes espaços de atuação.

Cozinhar para se empoderar

Esta dimensão destaca como a prática social de cozinhar é utilizada por nossas entrevistadas como um meio para construir vias de empoderamento. Definimos “empoderamento” como um processo em que pessoas ou grupos que possuem uma parcela pequena de poder e, portanto, vêm limitadas e/ou anuladas suas possibilidades de escolha, decisão e ação, adquirem parcelas maiores de poder que lhes permitam o exercício de uma cidadania mais plena⁴³. Quando utilizamos este conceito estamos reconhecendo a distribuição desigual de poder em nossa sociedade e, principalmente, a necessidade de desenvolver estratégias que possibilitem mudar essa situação. Alguns autores e autoras feministas consideram que o empoderamento, por transformar as relações de gênero, é uma pré-condição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres. Contudo, é importante salientar que se trata de um processo não linear, com avanços e recuos, e que por ser “moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história” não implica em um final igual para todas as mulheres⁴⁴.

Várias de nossas entrevistadas relataram que quando começaram a participar em movimentos enfrentaram discriminações e desqualificações por serem mulheres. Às vezes, esses tratamentos reforçavam a crença de que não estavam preparadas para a ação política, principalmente, no caso das mulheres que não tinham militância prévia. Sentiam que estavam onde não deviam e que careciam dos conhecimentos necessários

⁴³ IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta. *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

⁴⁴ DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher*. Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRS, 2002, p. 55.

para lidar com essa situação. Tornar-se conscientes de sua capacidade de luta e de que o que não sabiam poderia ser aprendido na práxis foi um processo construído coletivamente. Rosa, participante do MML, lembra “decían que nosotras no éramos capaces, que no podíamos hacer, que éramos unas mujeres que no teníamos nada que hacer pero salíamos a la calle. Y nosotras vimos que no era así”.

Os relatos destas mulheres mostram que ao ingressar a um movimento, começam a se valer de uma série de conhecimentos advindos do seu mundo cotidiano, tanto familiar como profissional, para a resolução de diferentes problemáticas enfrentadas nos espaços de atuação. Como portadoras de experiências marcadas pelo sistema patriarcal de sexo-gênero, o cozinhar é um saber que muitas dominam e que, em alguns casos, pode constituir uma porta de entrada para o engajamento. Assim, algumas começam cozinhando, sentem-se úteis, ganham autoconfiança e reconhecimento no movimento, ao tempo que vão se vinculando com questões mais amplas. Contudo, o cozinhar é tema freqüente nas conversas, porém não é o único e nas interações as mulheres conseguem transitar entre diferentes temas, que remetem ao público e ao privado, indistintamente. Nesses casos, podemos observar o empoderamento pessoal, vinculado à auto-estima, e o empoderamento coletivo, desenvolvido nas interações com os/as membros da organização.

O cozinhar pode ser, também, um ofício aprendido na militância. De fato, duas das organizações que pesquisamos: o grupo da CCC e a *Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego*, desenvolviam padarias como micro-empresendimentos para os/as participantes que estavam desempregados/as. Mary, da CCC, que participou do empreendimento de produção de pão caseiro, valorizava ter aprendido um ofício que se constituiu em fonte de renda nos tempos de desemprego do marido.

Na entrada da *Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego* há um forno de barro e uma churrasqueira. O forno era utilizado para fazer pão e outros produtos, tais como empanadas, massa pré-cozida para pizza e pão recheado, enquanto a churrasqueira era empregada para fazer sanduíches de lingüiça para venda nos eventos da Assembléia. O micro-empresendimento gerava emprego para quatro participantes e, também, era uma forma de arrecadar fundos para o movimento.



Participantes do micro-empresendimento de padaria.
Gentilmente cedida por Estela Fourmantin.

Outro relato, em que a prática de cozinhar se articula com a política e a geração de renda, foi apresentado por uma *assembleísta* ao rememorar como surgiu a idéia de elaborar artesanalmente e vender *lemoncello* (licor de limão):

(...) Todo empezó que nosotros comprábamos muchos limones porque había siempre gases lacrimógenos⁴⁵, que nos cagaban a gases (...) cuando veíamos estaba por venir la represión porque veíamos cambios, nos retirábamos de la plaza (...) Nosotros llevábamos una bolsa llena de limones y sobraban muchos limones viste que ya estaban cortados y preparados para entregar y había que hacer algo, de una, porque no podés hacer tanto con tres kilos de limones todos los viernes.

⁴⁵ Segundo ilustra o relato da entrevistada, mastigar limões ameniza os efeitos do gás lacrimogênico.

Entonces yo les sacaba todos los días la carne del limón y dejaba la cáscara, los ponía en alcohol (...) para empezar a hacer lemonchello. Saqué la receta, hice lemonchello y empezamos a vender lemonchello. O sea, pero a partir un excedente que sobraba [riso] (...)

Os exemplos citados remetem, por um lado, à situação de crise generalizada em que essas trajetórias de militância se desenrolam, ao tempo que a prática de cozinhar se articula com diferentes ações políticas. Por outro, o cozinhar apresenta-se como uma forma de obter renda para as pessoas desempregadas, assegurando os recursos necessários para a sobrevivência familiar. Novamente, insistimos em salientar que em um contexto de crise o consumo se restringe aos produtos de primeira necessidade, por isso fazer e vender alimentos é uma opção viável, no último dos casos os mesmos serão consumidos no núcleo familiar.

O cozinhar como atividade que gera renda manifesta a dimensão econômica do empoderamento. Segundo BRUMER & ANJOS⁴⁶, o empoderamento pode ser percebido em diferentes dimensões: econômica, pessoal, social e política. Na dimensão econômica “consideram-se as perspectivas de aumento da renda, da quantidade e qualidade nutricional dos alimentos e da qualidade de vida da família, assim como o controle das mulheres sobre os resultados econômicos de seu trabalho”⁴⁷. Precisamente quando explorarmos essa dimensão econômica é possível identificar diferentes vias de empoderamento que as mulheres constroem, e as articulações entre as dimensões do empoderamento, tendo como instrumento a prática social de cozinhar.

Em vários dos relatos coletados, participantes do MML manifestaram que costumavam fazer doces, geléias, molho de tomate, pêssegos em calda etc., destinados ao consumo familiar e, às vezes, comercializados. Como mulheres rurais, vinculadas à produção agropecuária familiar, a produção de

⁴⁶ BRUMER, Anita; ANJOS, Gabrielle. Mulheres em assentamentos: o que se pode esperar de sua mobilização e da ação das agências governamentais na mudança das relações de gênero? In: *III Jornadas de estudos de assentamentos rurais*, 2007, Campinas. CD III Jornada de Estudos em Assentamentos rurais 2007. Campinas: FEAGRI-UNICAMP, 2007, p. 2.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 2.

alimentos era uma de suas principais tarefas. Quando começaram a participar do MML, a produção e comercialização desses produtos, assim como a preparação de comidas caseiras (como *empanadas*⁴⁸, pastas, pães), passaram a ser formas de arrecadar fundos necessários para assumir os custos de deslocamentos vinculados às ações do movimento. Impedir leilões implicava realizar viagens a cidades vizinhas, pegar táxis, ônibus, pernoitar em hotéis etc. Como já eram cobradas pelos maridos por sair do lar, arcar elas mesmas com esses gastos fazia que pudessem “enfrentar” suas reclamações, pois o dinheiro não vinha deles nem do orçamento familiar. Assim, garantiam a própria militância e, conseqüentemente, a possibilidade de empoderamento social e político. Portanto, observamos que mesmo a partir de uma atividade considerada feminina e, muitas vezes, reflexo da submissão de gênero, as mulheres construíam vias para o empoderamento individual e coletivo, ganhando autonomia para suas escolhas.

⁴⁸ Comida semelhante ao pastel, massa com recheio de carne, verduras etc., cozida ao forno ou frita.



Participantes do *Movimiento de Mujeres en Lucha*, durante a realização de *empanadas* para arrecadar fundos para a organização. Gentilmente cedida por: Susana García.

Ao refletirmos sobre as articulações entre as dimensões do empoderamento percebemos a

⁴⁹ ANTUNES. *Op. cit.*, p. 147.

possibilidade de que estas se reforcem mutuamente. Contudo, algumas pesquisas alertam-nos para o fato de que o empoderamento conseguido, por exemplo, na esfera pública não sempre se traduz em empoderamento individual transferido à esfera privada⁴⁹. A pesquisadora assinala que o processo deve ser percebido nas diferentes arenas de luta, nos diferentes papéis que as mulheres ocupam, pois cada uma se apropriará e utilizará o poder de forma diferenciada, segundo a situação de vulnerabilidade que vivencie em cada espaço, no intuito de lidar e transformar os desequilíbrios de poder.

Refletindo a respeito de que atividades empreendidas pelas mulheres entrevistadas poderiam contribuir para o empoderamento pessoal, mas também se relacionam com um empoderamento coletivo, apresentaremos dois exemplos mais. O primeiro é a participação de mulheres da CCC e do MML, nos Encontros Nacionais de Mulheres⁵⁰, realizados a cada ano em diferentes estados do país. Para reunir o dinheiro da viagem, em fundo comum ou não, empreendem diferentes atividades ao longo do ano. À prática social de cozinhar, já descrita, se somam outras práticas como, por exemplo, a realização de bingos familiares.

O segundo exemplo é a experiência de Laura Padilla, para quem cozinhar foi uma forma de obter os recursos necessários para realizar o primeiro curso de Especialização sobre Violência Familiar. Na época, ela tinha organizado a Associação “Por tu familia”⁵¹, sentia a necessidade de estudar, de adquirir conhecimentos na temática, mas carecia de dinheiro para investir na sua formação:

(...) Ponéle me salía cien pesos el curso, más otros cien pesos de materiales y no sé de viajes ponéle treinta pesos, porque entre el pasaje, la comida y qué sé yo. **Hice de todo, desde tallarines, pan casero, remendaba ropa, lo que sea, y me empecé a pagar los cursos y ahí hice las**

⁵⁰ Iniciados em 1986, são eventos autoconvocados, pluralistas, sem exclusões nem censuras, mas se proíbe a representação política oficial e institucional. A dinâmica das discussões nos grupos de trabalho prioriza a horizontalidade e o consenso na tomada de decisões. No caso de não atingir o consenso, as diferentes posições são registradas nas atas. No segundo dia, realiza-se uma passeata. No último dia, são lidas as conclusões e escolhida a sede para o próximo ano.

⁵¹ A associação dedica-se a conter e dar assessoramento a mulheres e seus filhos/as vítimas de violência doméstica, auxiliando na realização de trâmites jurídicos para a pensão alimentícia.

especializaciones. Hice la especialización en violencia familiar y al año siguiente hice maltrato y violencia sexual infantil. (...) Y es como que bueno, después de eso, ahí es como que comienzo a hacer estos trabajos que ahora estoy haciendo de enfrentar al sistema judicial. (...) Grifo nosso

Esses conhecimentos e o título recebido possibilitaram seu empoderamento e, no vínculo solidário estabelecido com outras mulheres a partir da Associação, contribui com a defesa dos direitos de outras mulheres.

Quando as mulheres não cozinham

Existem situações em que as mulheres se negam a cozinhar. Uma dessas situações nos foi relatada por uma ex-piqueteira, que tinha desistido de participar do grupo porque, segundo ela, nas marchas só a levavam para cozinhar. Outra das situações foi comentada por participantes do MML, que rememoraram um piquete realizado junto aos produtores da Câmara de General Roca. O protesto se prolongou por 15 dias; uma das mulheres do MML relata: “De noche nos quedábamos, todo el grupo haciendo comida, empanadas, tallarines. Toda la comida para toda la gente que venía, capaz que eran cuarenta, cincuenta, cien personas. ¿Vos sabés lo que trabajamos?”. Porém, na entrevista, essas mulheres afirmaram que não cozinhariam nunca mais para os membros da Câmara. Expressavam, assim, a ruptura do movimento com eles, em virtude da escolha política do MML, em favor dos/as produtores/as familiares, e da falta de respeito de alguns membros para com produtoras que participavam do espaço institucional.

Considerando que alguns produtores da Câmara são familiares das participantes do MML: pai, marido, irmãos e/ou filhos, a decisão de não cozinhar era muito significativa, pois muitas delas de fato

⁵² ARENDT. *Op. cit.*, p. 191.

continuariam realizando essa tarefa no lar. A posição assumida por estas mulheres reflete que são conscientes de que cozinhar no lar não é a mesma coisa que cozinhar em um protesto, pois neste espaço a prática se politiza. E, também, que essa ação tem caráter de revelação⁵², quer dizer, mostra o posicionamento político daquele que a realiza.

Uma das lideranças do MML, ao contemplar a fotografia de suas companheiras cozinhando, apresentada acima, expressa: “[...] hay una diferencia entre ellas y yo, viste que ellas hacen de comer. [Assinalando a fotografia] ¿Ves?, son todas señoras casadas, formalmente casadas, no casadas a medias como yo. Entonces ellas son más cuidadosas, o sea, yo también ayudé pero no era que me dedicaba a eso”. O depoimento reflete o cozinhar vinculado a valores, particularmente, a uma imagem de mulher “certa”. Trata-se do olhar de uma observadora que, mesmo sendo companheira de militância, se diferencia por quebrar duplamente com o papel de gênero estabelecido, sendo uma mulher que não cozinha e que é “casada a medias”.

Seu questionamento, embora expondo ambigüidades e ambivalências do vínculo entre o cozinhar e a política, revela os limites de uma análise a partir do roteiro tradicional. Se o cozinhar expressa identidades e relações sociais, estas não se reduzem a uma divisão de sexo-gênero fixa e cristalizada, senão a um processo em que “masculinidades e feminilidades são produzidas, reproduzidas, atualizadas”⁵³, mas, também, no qual a feminilidade precisa ser renegociada entre as mulheres.

⁵³ ABDALA, Mónica;
MENASCHE, Renata;
ASSUNÇÃO, Viviane K. de.
Op. cit.

A fogo lento

Neste ensaio, iniciamos uma discussão a respeito dos sentidos que assume a prática social de cozinhar na experiência de mulheres participantes de movimentos sociais. Tentamos abordar as articulações entre cozinhar, política e gênero com um olhar

feminista, que nos permitisse ir além das interpretações do cozinhar como atividade feminina e, muitas vezes, reflexo da submissão de gênero. Retomando depoimentos de participantes e lideranças de distintas organizações, pudemos apreciar que a prática social de cozinhar tem múltiplos sentidos.

A ação das mulheres irrompe na lógica de segregação sexual do espaço, a partir de uma prática considerada feminina. O cozinhar legitima a ação coletiva, a prática em si mesma se politiza no espaço público, ao tempo que recupera território político. Nessa prática, as mulheres atravessam as fronteiras que “separam” o espaço público do privado, e a prática de cozinhar também se transforma neste último. Em um contexto em crise, o cozinhar é um meio para construir vias de empoderamento, que garantam as escolhas que as mulheres realizam. Como prática social possibilita a participação em um espaço de sociabilidade, solidariedade e mobilização popular, em que também novas identidades podem ser construídas.

Para nosso trabalho sobre a participação política, analisar a prática social de cozinhar teve como principal contribuição dar visibilidade à atuação política das mulheres pesquisadas, pois, contando com uma metodologia adequada, permite recuperar as vozes das próprias agentes da ação e os sentidos atribuídos à mesma. A análise das dimensões apresentadas expõe as articulações entre a prática de cozinhar, a política e o gênero, mas são aproximações iniciais e, sem dúvida, precisam de maior aprofundamento. Contudo, apontam alguns caminhos e contribuições na procura de referenciais teórico-metodológicos que dêem conta da complexidade e multiplicidade de sentidos dessa prática social, principalmente, ao revelar os limites de interpretações da atuação política das mulheres a partir do roteiro tradicional.

Referências

ABDALA, Mônica; MENASCHE, Renata; ASSUNÇÃO, Viviane K. de. Proposta para o Simpósio Temático Comida e Gênero. *Fazendo gênero, VIII*, 2008, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.fazendogenero8.ufsc.br/st06.html>> Acesso em: 20 ago. 2008.

ANDÚJAR, Andrea. De la ruta no nos vamos: las mujeres piqueteras (1996-2001). In: *Jornadas Interescuelas, X*, 2005, Rosario (texto mimeo). Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos31/mujeres-piqueteras-no-abandonan-rutas/mujeres-piqueteras-no-abandonan-rutas.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2008.

ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta de babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, Ellen; MENACHE, Renata; HEREDIA, Beatriz (Org.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: MDA, IICA, 2006, p. 122-149.

ARAÚJO, Clara. Participação Política e Gênero: algumas tendências analíticas recentes, in: *BIB*, São Paulo, n. 52, 2001, p. 45-77.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

AUYERO, Javier. *Vidas Beligerantes*. Dos mujeres argentinas, dos protestas y la búsqueda de reconocimiento. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

BOGADO, Adriana M. *Assembléias de Bairro na Argentina: criando espaços de ação política para reconstruir o tecido social*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre

sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (1):360, jan./abr. 2004, p. 289-302.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRIEGER, Pedro. Les assemblées des voisins, une expérience inédite dans la politique. In: AAVV. *Argentine, enjeux et racines d'une société en crise*. Paris: Tiempo. Editions du Félin, 2003.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabrielle. Mulheres em assentamentos: o que se pode esperar de sua mobilização e da ação das agências governamentais na mudança das relações de gênero? *III Jornadas de estudos de assentamentos rurais*, 2007, Campinas. CD III Jornada de Estudos em Assentamentos rurais 2007. Campinas: FEAGRI-UNICAMP, 2007.

CORRIENTE CLASISTA COMBATIVA (CCC). *Acampamos contra el hambre*. No al aumento de los precios. Buenos Aires, Setembro de 2007.

DEERE, Carmen; LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher*. Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRS, 2002.

IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMARNO, Jorge; ANTUNES, Marta. *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

FEIJOÓ, María del Carmen. La trampa del afecto: mujer y democracia en Argentina. In: LEÓN, Magdalena (comp.). *Mujeres y Participación Política: Avances y desafíos en América Latina*. Bogotá: TM Editores, 1994.

JOFFILY, Olivia Rangel. *Esperança equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

LOBATO, Mirta; SURIANO, Juan. *La protesta social en la Argentina*. Buenos Aires: FCE, 2003.

MELUCCI, Albert. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 40, 1994, p.152-166.

MENEZES, Marilda. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n.1, p. 32-44, jan./jun. 2002.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PEZZOLA, Andrés. ¿Qué papel juega el barrio en la efectividad política de nuestra asamblea? *Acontecimiento*, n. especial 24-25, 2003, p.79-87.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, James. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SILVA, Petronilha et al. *Práticas sociais e processos educativos: costurando retalhos para a colcha*. São Carlos/SP. 2007. (texto mimeo).

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRONTO, Joan. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.